

# SUMÁRIO

## CAPÍTULO I

FUNDAMENTOS DO PROCESSO PENAL .....	01
1. Introdução ao processo penal .....	03
2. Por uma teoria do processo penal .....	08
3. A necessidade de um novo Código de Processo Penal .....	09
4. Funções do processo penal .....	13
5. Objeto do processo penal .....	14
6. Características do processo penal .....	15
7. Sistemas processuais .....	16
8. A teoria da relação processual (BüLLOW) e do processo como situação jurídica (GOLDSCHMIDT) .....	18
9. Fontes do processo penal .....	19
10. Interpretação e aplicação da lei processual penal .....	21
10.1. Interpretação e controle de constitucionalidade .....	21
10.2. Princípios da interpretação constitucional .....	26
10.3. Argumentação, direito e interpretação .....	28
10.4. Princípios constitucionais específicos .....	30
10.4.1. Princípio da supremacia da Constituição .....	30
10.4.2. Princípio da presunção de constitucionalidade das leis e dos atos do Poder Público .....	31

10.4.3. Princípio da interpretação conforme a Constituição .....	31
10.4.4. Princípio da unidade da Constituição .....	33
10.4.5. Princípio da razoabilidade ou da proporcionalidade .....	34
11. Aplicação da lei processual penal no espaço .....	37
12. Aplicação da lei processual penal no tempo .....	38

## **CAPÍTULO II**

<b>PRINCÍPIOS DO PROCESSO PENAL .....</b>	<b>41</b>
1. Questões introdutórias .....	43
2. Princípio da efetividade do processo penal .....	45
3. Princípio da oficialidade .....	48
4. Princípio da obrigatoriedade .....	49
5. Princípio acusatório .....	50
6. Princípio do livre convencimento judicial .....	51
7. Princípio da oralidade .....	51
8. Princípio da imediatidade .....	52
9. Princípio <i>in dubio pro reo</i> .....	54
10. Princípio da razoável duração do processo .....	55
11. Princípio de publicidade .....	57
12. Princípio do contraditório .....	59

## **CAPÍTULO III**

<b>JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA .....</b>	<b>63</b>
1. O conceito de jurisdição .....	65
2. Juiz natural, incidente de deslocamento de competência (IDC), desaforamento, justiça especiais e varas especializadas .....	68
3. Foro por prerrogativa de função e competência .....	72
3.1. Quadro esquemático sobre a competência por prerrogativa de função .....	76
3.1.1. Justificação .....	76
3.1.2. Competência do STF .....	76
3.1.3. Competência do STJ .....	76
3.1.4. Competência dos Tribunais Regionais Federais .....	77
3.1.5. Competência dos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal .....	77
4. Competência da Justiça Federal .....	77
5. Competência da Justiça Militar .....	79
6. Competência da Justiça Eleitoral .....	80

7. Competência pelo lugar da infração(art. 69, I e 70 do CPP) .....	81
8. Competência pelo domicílio ou residência do réu (art. 69, II, 72 e 73 do CPP) .....	82
9. Competência pela natureza da infração (art. 69, III e 74 CPP) .....	82
10. Competência por distribuição (art. 69, IV e 75 do CPP) .....	83
11. Competência por prevenção (art. 69, VI e 83 do CPP) .....	83
12. Competência por conexão ou continência (art. 69, V; 76 e 77 do CPP) .....	84
13. Eleição do Juízo prevalente (art. 78 do CPP) .....	85
14. Separação dos processos (art. 79 e 80 do CPP) .....	86
15. Prorrogação da competência (art. 81 do CPP) .....	86
16. Concurso aparente de normas sobre competência .....	87
17. Conflito de competência .....	88

#### **CAPÍTULO IV**

<b>SUJEITOS PROCESSUAIS</b> .....	91
1. Abrangência e limites de atuação .....	93
2. O juiz .....	96
3. O Ministério Público e a investigação direta .....	98
4. Polícia judiciária e inquérito policial .....	101
4.1. Conceito e finalidade .....	102
4.2. Características .....	102
4.3. Formas de instauração .....	103
4.4. Procedimento e diligências .....	103
4.5. Vícios e valor probatório do Inquérito Policial .....	104
4.6. Arquivamento e desarquivamento do Inquérito Policial .....	104
4.7. Outras formas de investigação criminal .....	105
5. O acusado e seu defensor .....	106
6. Assistente de acusação .....	111
7. Auxiliares da justiça .....	112

#### **CAPÍTULO V**

<b>AÇÃO PENAL</b> .....	113
1. Teoria da ação processual .....	115
2. Polêmicas sobre a ação processual .....	117
3. Condições da ação e mérito .....	117
4. Justa causa para a ação penal e antecipação da decisão de mérito .....	120

5. Ação penal e justiça consensual .....	122
5.1. Consequências do descumprimento da transação penal .....	124
6. Espécies de ação penal e seus princípios .....	125
7. A natureza executiva da ação penal .....	131
8. O conceito de ato executivo em matéria penal .....	132
9. Execução penal e realização do comando sentencial .....	133

## **CAPÍTULO VI**

<b>AÇÃO CIVIL <i>EX DELICTO</i></b> .....	137
1. Independência das esferas cível e criminal .....	139
2. Ação de indenização (art. 64 do CPP) .....	140
3. Legitimação para a ação e execução .....	140
4. Coisa julgada penal e ação civil <i>ex delicto</i> .....	141
5. Ausência de prejudicialidade .....	141
6. A legitimação do Ministério Público .....	142

## **CAPÍTULO VII**

<b>QUESTÕES PREJUDICIAIS, EXCEÇÕES E PROCESSOS INCIDENTES</b> .....	143
1. Questão prejudicial .....	145
2. Exceções processuais .....	147
2.1. Exceção de suspeição, impedimento e incompatibilidade .....	147
2.2. Exceção de incompetência .....	150
2.3. Exceção de litispendência .....	150
2.4. Exceção de coisa julgada .....	150
2.5. Exceção de ilegitimidade de parte .....	151
3. Processos incidentes .....	151

## **CAPÍTULO VIII**

<b>DAS PROVAS</b> .....	153
1. Questões introdutórias à teoria da prova .....	155
2. Conceito .....	158
3. Direito à prova .....	159
4. Finalidade .....	160
5. Princípio da identidade física do juiz .....	160
6. Princípio da verdade real .....	161
7. Objeto da prova .....	162
8. Ônus da prova .....	162

9. Princípio da liberdade da prova .....	164
10. Comunhão da prova .....	164
11. Sistemas de avaliação da prova .....	165
11.1. Provas legais .....	165
11.2. Íntima convicção .....	166
11.3. Persuasão racional .....	166
12. Prova emprestada .....	167
13. Provas ilícitas .....	168
13.1. Inadmissão, no processo, das provas ilicitamente obtidas	168
13.2. Os frutos da árvore envenenada .....	169
13.3. Prova lícita derivada .....	169
13.4. A teoria da prova lícita hipotética ( <i>hypothetische Ermittlungsverlauf</i> ) ou a descoberta inevitável .....	170
13.5. Prova e proporcionalidade .....	171
13.6. Prova ilícita pro reo .....	172
13.7. Gravação ambiental .....	173
13.8. Gravação clandestina .....	173
13.9. Intervenções corporais .....	173
13.10. Interceptação telefônica .....	175
13.10.1. Encontro fortuito da prova .....	175
13.11. Sigilo bancário .....	176
14. Provas em espécie .....	176
14.1. Exame de corpo de delito e perícias em geral .....	177
14.1.1. Perícia .....	177
14.1.2. Exame de corpo de delito .....	177
14.1.2.1. Divisão .....	177
14.1.2.2. Regras .....	178
14.1.2.3. Outras perícias e regras especiais .....	178
14.2. Interrogatório .....	180
14.2.1. Conceito .....	180
14.2.2. Natureza jurídica .....	180
14.2.3. Momento processual .....	180
14.2.4. Características .....	180
14.2.5. Interrogatório do réu preso e por videoconferência .....	181
14.3. Confissão .....	182
14.3.1. Conceito .....	182
14.3.2. Características e força probatória .....	183
14.3.3. Delação de corréu (chamada de corréu) .....	184

14.4. Declarações do ofendido .....	184
14.5. Prova testemunhal .....	185
14.5.1. Conceito .....	185
14.5.2. Características .....	186
14.5.3. Impedimentos (proibição de depor) e isenção do dever de depor .....	187
14.5.4. Compromisso legal .....	189
14.5.5. Proteção à testemunha .....	189
14.6. Reconhecimento de pessoas e coisas .....	191
14.7. Acareação .....	191
14.8. Prova documental .....	192
14.8.1. Conceito .....	192
14.8.2. Oportunidade de produção .....	192
14.8.3. Valor probatório .....	192
14.9. Indícios .....	193
14.10. Busca e apreensão .....	194
14.10.1. Inviolabilidade domiciliar .....	194
14.10.2. Busca pessoal e direito à intimidade .....	195

## **CAPITULO IX**

### **PROCESSO CAUTELAR, PRISÃO PROCESSUAL E ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS EXECUTIVOS**

DA SENTENÇA PENAL .....	197
1. Processo cautelar e urgência .....	199
2. Pressupostos da tutela cautelar .....	201
3. A liminar na ação cautelar .....	204
4. A prisão processual, seus problemas e alternativas .....	205
5. A antecipação dos efeitos executivos da sentença penal .....	209

## **CAPÍTULO X**

PRISÃO PROCESSUAL .....	217
1. Fundamentos constitucionais .....	219
2. Espécies de prisão processual .....	219
2.1. Prisão em flagrante .....	219
2.1.2. Formalidades do auto de prisão em flagrante delito ( <i>apf</i> ) .....	221
2.1.3. Vedação ao flagrante .....	222
2.2. Prisão preventiva (art. 311 a 316 do CPP) .....	223

2.3. Prisão temporária (Lei n. 7.960/1989) .....	226
2.4. Prisão em virtude de sentença condenatória recorrível (art. 387, parágrafo único do CPP, com redação dada pela Lei n. 11.719/2008) .....	227
2.5. Prisão em virtude de pronúncia (art. 413, § 3º do CPP, com redação dada pela Lei n. 11.689/2008) .....	228
 <b>CAPÍTULO XI</b>	
<b>LIBERDADE PROVISÓRIA</b> .....	229
1. Fundamento constitucional .....	231
2. Liberdade provisória com fiança .....	231
3. Crimes inafiançáveis .....	232
4. Valor da fiança .....	233
5. Liberdade provisória sem fiança .....	233
6. Implicações constitucionais no regime jurídico da liberdade provisória .....	234
7. Esvaziamento da fiança .....	235
8. Relaxamento da prisão .....	236
 <b>CAPÍTULO XII</b>	
<b>ATOS PROCESSUAIS</b> .....	239
1. Processo como conjunto de atos processuais .....	241
2. Forma, lugar e tempo dos atos processuais .....	241
2.1. Forma dos atos .....	241
2.2. Lugar dos atos processuais .....	243
2.3. Prazos processuais .....	244
2.3.1. Sistema de transmissão de dados e atos processuais .....	245
3. Citações e intimações .....	247
3.1. Citação .....	247
3.2. Intimação .....	249
4. Sentença e correlação com a acusação .....	249
 <b>CAPÍTULO XIII</b>	
<b>PROCEDIMENTOS</b> .....	253
1. Processo e procedimento .....	255
2. Finalidade dos procedimentos penais .....	255
3. Procedimento comum .....	259
3.1. Procedimento comum ordinário (art. 396 a 405 do CPP) .....	260

3.2. Procedimento comum sumário (art. 531 a 538 do CPP)	262
3.3. Procedimento sumaríssimo (Lei n. 9.099/1995)	263
3.4. O Tribunal do Júri (competência, princípios e crítica)	265
3.4.1. Procedimento dos crimes de competência do Tribunal do Júri (art. 406 a 497 do CPP)	266
3.4.2. Pronúncia, impronúncia, desclassificação e absolvição sumária (Roteiro da Instrução Preliminar)	267
3.4.3. Preparação do processo e roteiro para o julgamento pelo Tribunal do Júri (Roteiro do Júri - Plenário)	269
3.4.4. Formulação dos quesitos	272
3.5. Procedimentos especiais	273
3.5.1. Crimes de responsabilidade de funcionários públicos	273
3.5.2. Crimes contra a honra	274
3.5.3. Crimes contra a propriedade imaterial	276
3.5.4. Procedimento da Lei de Drogas (n. 11.343/2006) (Da investigação e Instrução Criminal)	276

#### **CAPÍTULO XIV**

<b>NULIDADES PROCESSUAIS</b>	279
1. Conceito	281
2. Processo, forma e garantia	281
3. Ato inexistente	282
4. Nulidade absoluta e relativa	283
5. Princípios aplicáveis às nulidades	284
6. Os artigos 564 e 572 do CPP e as nulidades absolutas e relativas	286
6.1. Nulidades absolutas (quadro sinótico)	286
6.2. Nulidades relativas (quadro sinótico)	289
7. Retificação da denúncia ou queixa	290
8. Incompetência relativa	290

#### **CAPÍTULO XV**

<b>RECURSOS NO PROCESSO PENAL</b>	293
1. Fundamentos filosóficos da teoria dos recursos	295
2. O duplo grau de jurisdição	299
3. Princípios aplicáveis aos recursos	300
4. Efeito suspensivo, devolutivo e extensivo dos recursos	303
5. Conceito, admissibilidade e mérito dos recursos	305
6. Recursos em espécie	307

6.1. Apelação .....	307
6.2. Recurso em sentido estrito .....	311
6.3. Carta testemunhável .....	313
6.4. Embargos de declaração .....	314
6.5. Correição parcial .....	314
6.6. Agravo de execução .....	315
6.7. Embargos infringentes ou de nulidade .....	316
6.8. Recurso extraordinário e especial .....	317
6.9. Recurso ordinário constitucional .....	320
6.10. Agravo de instrumento .....	321
6.11. Embargos de divergência .....	321
6.12. Agravo regimental .....	322
6.13. Pedido de reconsideração .....	322

## **CAPÍTULO XVI**

<b>COISA JULGADA .....</b>	<b>323</b>
1. Coisa julgada e declaração .....	325
2. Limites objetivos da coisa julgada .....	328
3. Formulação progressiva da imputação e coisa julgada implícita .....	333
4. O desconhecimento da dimensão do injusto e o sentido da ofensa .....	336

## **CAPÍTULO XVII**

<b>AÇÕES CONSTITUCIONAIS AUTÔNOMAS .....</b>	<b>339</b>
1. Autonomia das ações constitucionais .....	341
2. <i>Habeas corpus</i> .....	341
3. Mandado de segurança .....	345
4. Revisão criminal .....	349
5. Extradicação .....	352

## **CAPÍTULO XVIII**

<b>MEDIDAS COERCITIVAS E INTERVENÇÃO NOS DIREITOS FUNDAMENTAIS .....</b>	<b>355</b>
1. Direito e coação .....	357
2. Proporcionalidade e intervenção nos direitos fundamentais .....	358
3. Questão terminológica, competência para a decretação e funções processuais .....	359

4. Prisão preventiva .....	361
5. Internação para realização de insanidade mental .....	363
6. Busca e apreensão pessoal e domiciliar .....	364
7. Intervenções corporais .....	365
8. Identificação criminal .....	366
9. Condução coercitiva .....	367
10. Interceptação telefônica, quebra do sigilo da correspondência, bancário e fiscal .....	368
11. Entrega compulsória de passaporte .....	371
12. Lista de procurados .....	372
13. Batidas policiais e postos de controle .....	372
14. Agente infiltrado .....	373
15. Escuta ambiental .....	374
16. Cruzamento de dados .....	375
17. Arresto e sequestro de bens .....	376
18. Especialização de hipoteca legal .....	377
19. Medidas coativas na execução de pena: corte de cabelo e barba, punição disciplinar, revistas e utilização de algemas, fardamento prisional, utilização de armas contra a fuga, monitoramento eletrônico .....	378
 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	 381